

O DESAFIO DA INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA

Liliane Pinheiro Lopes

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Simone de Albuquerque Ferreira

Graduanda em Psicologia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Bernadeth Bucher

Doutora em Psicologia – Universidad Complutense de Madrid, Espanha;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Resumo

A pesquisa tem como finalidade buscar suporte teórico que contribua para a compreensão da tríade, “inclusão-autismo-trabalho pedagógico”, no contexto das escolas regulares no Brasil. Acredita-se que a formação acadêmica oferece pouco referencial teórico e pedagógico para os profissionais da educação, lidar com a criança que apresenta transtornos do espectro do autismo, e assim, encontramos o processo de inclusão escolar de forma excludente. A legislação brasileira ampara o acesso e permanência à escola regular do aluno portador de necessidades especiais, ofertando condições de trabalho especializado como propõe-se na estrutura do Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujo objetivo é transpor ao aluno formação que lhe proporcione independência e autonomia. Para isso a pesquisa, destaca a importância da formação profissional enquanto pré-requisito para atuação pedagógica.

Palavras Chave: autismo; inclusão escolar; trabalhos pedagógicos.

INTRODUÇÃO

De acordo com Belisário Junior (2010) a inclusão da criança autista é recente, antes essas crianças só vivenciavam em instituições de ensino exclusivo para crianças com transtornos, e atendimentos clínicos, sem poder desfrutar da convivência em sociedade, sem ter sua própria independência autônoma.

Segundo Camargo (2009), a inclusão da criança autista, na escola regular, contribui para o enriquecimento de experiências sociais, fornecendo estímulo às suas capacidades, impedindo o isolamento contínuo e fazendo com que se desenvolvam novas aprendizagens e comportamentos cognitivos, pode adquirir trocas de experiências sociais na sua aprendizagem.

Conforme VASQUES (2008), a escola precisa ter uma socialização e adaptação das atividades com o acesso ao currículo, pois isso impede de identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo. Ainda há uma

necessidade da construção de espaços; refletir sobre o ensinar, aprender desse sujeito e possibilidade no seu desenvolvimento.

De acordo com Booth e Ainscow (2002), a inclusão é para reduzir o preconceito da sociedade e enfatizar as políticas de formação, para que tenham mais conhecimentos e práticas para trabalharem com os alunos com necessidades educacionais especiais autistas e poderem contar com professores preparados para a escola inclusiva.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

O transtorno espectro autista foi descoberto através do psicanalista Bruno Bettelheim teve como foco o problema da relação da mãe com a criança, passando a ser chamado de mãe fria (mãe geladeira), não tendo uma origem definida mas a causa do autismo pode ser genético e causas ambientais (MOREIRA 2005).

Segundo Orrú (2012), o psiquiátrica médico Léo Kanner descreveu um caso com onze crianças para observar seus comportamentos e notou que algumas crianças estava com autismo solene que caracterizava pela dificuldade na interação social pelos comportamentos repetitivos (ecolalia) como falas de novelas.

O conceito do transtorno espectro autista é uma disfunção global do desenvolvimento pelo distúrbio do neuro-desenvolvimento, é mais comum em meninos do que meninas e não precisa ser necessariamente ao retardo mental, dificuldade com interação social, comportamentos monótonos e repetitivos. Através de outras convivências pode passar estímulos positivos e impedindo o isolamento (CAMARGO; BOSA, 2009).

De acordo com DSM-V (2013), o transtorno espectro autista tem uma escala leve e severa, comportamento verbais e não verbais, é um sofrimento quando é sujeito a mudanças, cada indivíduo vai se manifestar a sua tonalidade diferente.

De acordo com Mello (2001) “ao nível da comunicação há dificuldades em utilizar todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal”. pg.14. Segundo o autor, as crianças com espectro autismo passam, a maior parte do tempo sozinhas, no seu próprio mundo, pois têm dificuldade de interpretar sinais, em entender a interpretação dos outros e o seu olhar para as pessoas parte de um ponto fixo abaixo dos olhos, nunca para os olhos das pessoas.

De acordo com DSM-V (2013), o diagnóstico do transtorno espectro autista 299.00 (F84.0), vai depender da gravidade do déficit social da linguagem e do comportamento que pessoa autista se encontra, é ideal que seja feita uma intervenção, iniciadas antes dos quatro anos de idade com uma equipe multidisciplinar.

3 AUTISMO, INCLUSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

De acordo com Sánchez (2005), a educação inclusiva acolhe todas as pessoas com necessidades especiais o objetivo é inserir todas as crianças. Essa elaboração tem como objetivo diminuir o preconceito das pessoas passando a ter uma educação para todos. A inclusão deve possibilitar que essas crianças ocupem o seu espaço na sociedade e se isso não ocorrer, essas crianças serão sempre excluídas da sociedade e dependentes, assim terão uma vida incompleta.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB,1996) capítulo V, trata sobre a educação especial que oferecer uma predileção na rede regular de ensino com serviços de apoio especializados nas escolas, para atender às peculiaridades da criança de educação especial, as quais serão feitos em classes, escolas ou serviços especializados, todavia, a formação dos professores, currículos, métodos e técnicas e recursos para atender as necessidades das crianças com deficiência e garantindo um processo de aprendizagem.

Segundo Marchesi (2004, p.03) “o conceito de necessidades educativas especiais e a ênfase na importância de que a escola se adapte à diversidade de seus alunos”. Segundo o autor não é a criança autista que precisa se adaptar às escolas, mas a equipe que deve estar preparada para recebê-las, desenvolvendo planos pedagógicos para os professores trabalharem.

De acordo com Mantoan (2006, p. 37), o direito da criança:

São indicadas para crianças autistas a individualização dos programas escolares, como currículos adaptados, avaliações especiais e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender.

Segundo a autora, para que essas crianças autistas tenham acesso ao ensino regular e que tenham os mesmos direitos que os outros alunos, as escolas têm que mudar como um todo para atender todas as necessidades dessas crianças autistas, modificando o ambiente escolar, os currículos e as avaliações, se

adaptando com as limitações e dificuldades destes alunos autistas, pois só assim haverá inclusão.

Segundo Passarino (2010), muitos professores só começam a procurar especializações para crianças com deficiência a partir do momento que passam a ter uma criança inclusa na sala de aula. Muitos professores não recebem formação adequada para lidar com as diversidades dentro da sala de aula.

De acordo com Mantoan (2006), a necessidade nos cursos de formações de professores, que oferecem disciplinas e conteúdos voltados para uma educação de pessoas com necessidades especiais, modificando o currículo, adequando-se às diferenças de ensino, de modo que os futuros professores discutam práticas de ensino adequadas às diferenças.

De acordo com o Mec (2000, p. 7), expedir uma melhoria para a formação dos professores para lidar com crianças deficientes:

Os estudos mostram a necessidade de uma melhoria na formação de professores para atender os alunos de inclusão e aprender a lidar com a diversidade dos alunos; incentivar atividades de enriquecimento, elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias, material de apoio, desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

De acordo com o MEC (2000), tem que haver uma preparação de educadores e toda equipe escolar para que esse trabalho seja em conjunto e tenha salas de apoio especializadas, e um atendimento educacional especializado (AEE) que oferece materiais pedagógicos com métodos que vão complementar no desenvolvimento da criança autista, essa seria a inclusão no sentido mais amplo como direito de cidadão.

Segundo Leon (2002), o início do método Teacch, passou-se a ter uma evolução para crianças com deficiência, principalmente para crianças autistas, a qual vem crescendo muito, não só em escolas, mas também nas residências, em locais de atendimento e em programas de acompanhamento profissional.

O método de Teacch trabalha com a linguagem receptiva e expressiva utilizando estímulos visuais, estímulos corporais e estímulos áudio cenestésico visuais para buscar a linguagem oral ou uma comunicação alternativa. Os sistemas de trabalho são programados individualmente e ensinados um a um pelo professor. A criança é guiada por uma sequência de atividades claras e ajuda que fique mais organizada.

De acordo com Ribeiro (2003), o sucesso no trabalho com computadores para pessoas com autismo não está no uso de softwares especiais ou mesmo em máquinas de última geração. Segundo a autora, o material dos softwares é para auxiliar as crianças com autismo passando a terem outra visão sobre um ambiente próximo real, gerando um conhecimento para a sua realidade; assim a criança passa a incorporar conhecimentos e se adaptar às informações ao seu redor.

Em síntese, o trabalho do educador é transmitir para a criança autista o funcionamento de ver o mundo através dos seus olhos, na perspectiva de ensinar o funcionamento da cultura, assim a criança passa a ter uma informação com o ambiente ao seu redor. Para isso, as escolas têm que se qualificar, disponibilizando cursos preparatórios para os professores, seguirem a lei para poder ter uma relevante igualdade na sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Silva (2009), ainda há uma necessidade de preparo dos professores, pois a falta deste conhecimento impede de identificar as necessidades de seus alunos autistas. É a qualidade do relacionamento entre professor-aluno que torna o processo educativo melhor; por isso os professores têm que ser capacitados para atender à crescente população de crianças com autismo.

De acordo com Souza (2004) muitas crianças autistas com dificuldades de aprendizado acabam causando consideráveis problemas de manejo ao professor e à sala. Nestes casos, a melhor solução é o encaminhamento para um atendimento especializado que não é uma tarefa fácil quando não se há um ambiente apropriado para seu desenvolvimento, há um grande trabalho a ser percorrido para que este processo aconteça e é de fundamental importância que se tenha os professores diante desse desafio junto à escola e à participação da família é fundamental.

BRASIL, (2008) Cabe aos sistemas de ensino, organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. É de fundamental importância que as leis passem a ser colocadas em prática, pois existem para dar suporte à implementação da inclusão nas escolas regulares, porém só a lei 'no papel' não dá a garantia de inclusão.

Segundo Martins (2009), é importante não somente como o autista se relaciona com o outro, mas também como o outro se relaciona com o autista e, assim buscarmos inovações nas práticas sociais voltadas ao tratamento e à educação dessas crianças. Não podemos mais dizer que esta criança autista quer estar isolada em um canto, precisamos ajudar o seu desenvolvimento pedagógico proporcionando interações, para que essa criança autista veja significado da vida e a partir daí consiga se inserir na sociedade.

REFERÊNCIAS

BOOTH,T&AINSCOW,M. TRASTORNO GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO COMO DESENCADADORES DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O TRASTORNO GLOBAIS DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.lapeade.com.br/publicacoes/pesquisas/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20PROJETO%20JANNUZZI.pdf>>./ Acesso em: 29 set,2016.

BRASIL.LEI 1996-Nº 9.394, 20 dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____.MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-V.Artmed,2013.

BELISÁRIO JÚNIOR, J. F.AUTISMO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: Caminhos da Inclusão: Possíveis Percursos da Escolarização da Criança com Autismo. Disponível em: < <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/63.pdf> >./Acesso em:28 set,2016.

CAMARGO, Sígla Pimentel Ho; BOSA, Cleonice Alves. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM AUTISMO: O QUE DIZ A LITERATURA Disponível em: <http://midia.unit.br/enfope/2013/GT6/INCLUSAO_ESCOLAR_ALUNOS_AUTISMO_QUE_DIZ_LITERATURA.pdf>./ Acesso em: 28 set,2016.

LEON, V.de .Abordagem. Transdisciplinar no Autismo: O Programa TEACCH. Disponível em: < http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_fonoaudiologia/CAROLINE-SIANLIAN-KUEE.pdf>./ Acesso em: 11 jun,2016.

MANTOAN, M. T. E. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um desafio na formação do professor. (2013). Disponível em:<

http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/EDUCACAO_INCLUSIVA_DESAFIO_FORMACAO_PROFESSOR.pdf>./ Acesso em: 27 maio, 2016.

MANTOAN, M. T. E. Uma Reflexão Acerca da Inclusão de Aluno Autista no Ensino Regular. Disponível em:<
<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>>./ Acesso em: 26 maio, 2016.

MARCHESI, Álvaro. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR. Disponível em:<
http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/EDUCACAO_INCLUSIVA_DESAFIO_FORMACAO_PROFESSOR.pdf>./ Acesso em:11 jun,2016.

MARTINS, A. D. F. AUTISMO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: Caminhos da Inclusão: Possíveis Percursos da Escolarização da Criança com Autismo. Maringá: 2010. Disponível em< <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/63.pdf> >./ Acesso em: 29 set,2016.

MELLO,A.M.S.R. Quando todos Aprendem com Todos: Uma estrutura para a inclusão de um aluno com perturbações do Espectro do Autismo. Disponível em:<
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1154/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado%20Paula%20Nicolau%20-%20I.pdf?sequence=1>>./ Acesso em:16 abr,2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Especial: Educação infantil - saberes e práticas para educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2003. Disponível em:
<http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/EDUCACAO_INCLUSIVA_DESAFIO_FORMACAO_PROFESSOR.pdf>./ Acesso em:20 maio,2016.

MOREIRA, P. S. T. AUTISMO E INCLUSÃO: LEVANTAMENTO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SUA PRÁTICA COM CRIANÇAS COM AUTISMO. Disponível em:<
<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>>./ Acesso em: 28 set,2016.

ORRÚ, E. S. AUTISMO E INCLUSÃO: LEVANTAMENTO DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM SUA PRÁTICA COM CRIANÇAS COM AUTISMO. Disponível em:<
<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56194.pdf>>./ Acesso em: 28 set,2016.

PASSERINO.L.M. Formação de Professores em Comunicação Alternativa para crianças com TEA: contextos em ação. Disponível em:<

<http://periodicos.ufsm.br/index.php/educacaoespecial/article/view/10475/pdf>./
Acesso em: 11 jun, 2016.

PICHON-RIVIÈRE, H. Autismo e Inclusão na Educação Infantil. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32836/000787263.pdf?...1.>>/
Acesso em: 25 maio, 2016.

RIBEIRO, Valéria L.B. Alfabetização para Pessoas com Autismo. Ministério da Educação, 2012. Disponível em:
<<http://www.nec.fct.unesp.br/Admin/Utils/RIVED/Guia/GUIA%20DO%20PROFESSOR%20OA1%20EDUCACAO%20ESPECIAL.pdf>>./ Acesso em: 17 abr, 2016.

SÁNCHEZ, P. A. AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em:<
<http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/08/tcc-Elis-Regina-Petry-Martins.pdf>>./
Acesso em: 11 jun, 2016.

SOUZA, José Carlos. O Autista no Contexto Escolar. Disponível em: <
<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/o-autista-no-contexto-escolar>>./
Acesso em: 29 Set, 2016.

VASQUES, C. K. .AUTISMO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: Caminhos da Inclusão: Possíveis Percursos da Escolarização da Criança com Autismo. Disponível em: <
<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/63.pdf> >./ Acesso em: 29 set, 2016.